

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Motivos de Reapresentação	44
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.246.584	3.151.714
1.01	Ativo Circulante	145.588	221.830
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.169	95.492
1.01.03	Contas a Receber	117.267	114.868
1.01.03.01	Clientes	117.267	114.868
1.01.03.01.01	Contas a receber	6.808	5.851
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	110.459	109.017
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.404	141
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.404	141
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	1.404	141
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.328	5.429
1.01.07.01	Despesas antecipadas	2.328	5.429
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.420	5.900
1.01.08.03	Outros	9.420	5.900
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	4.693	1.173
1.02	Ativo Não Circulante	3.100.996	2.929.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	829.930	755.912
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	759.955	696.057
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	759.955	696.057
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	159	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	159	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	69.816	59.855
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.668	1.436
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	54.359	56.724
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.261	1.695
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	12.528	0
1.02.03	Imobilizado	118.927	125.013
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	106.217	108.891
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.710	16.122
1.02.04	Intangível	2.152.139	2.048.959
1.02.04.01	Intangíveis	2.152.139	2.048.959
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.152.139	2.048.959

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.246.584	3.151.714
2.01	Passivo Circulante	234.890	344.691
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.430	14.616
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.430	14.616
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	13.430	14.616
2.01.02	Fornecedores	34.380	43.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.301	43.854
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	79	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.164	186.438
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	109.199	177.097
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.948	130.463
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	39.936	38.657
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	910	2.206
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.405	5.771
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	141	157
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	141	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.824	9.184
2.01.03.03.02	ISS a recolher	7.824	9.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.519	80.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.465	45.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.465	45.859
2.01.04.02	Debêntures	6.054	34.217
2.01.05	Outras Obrigações	16.177	17.872
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.591	13.064
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.591	13.064
2.01.05.02	Outros	6.586	4.808
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.226	2.375
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.360	2.433
2.01.06	Provisões	2.220	1.835
2.01.06.02	Outras Provisões	2.220	1.835
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	2.220	1.835
2.02	Passivo Não Circulante	2.156.886	2.136.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.633.866	1.623.227
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	75.240	97.797
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	75.240	97.797
2.02.01.02	Debêntures	1.558.626	1.525.430
2.02.02	Outras Obrigações	359.353	382.767
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	32
2.02.02.02	Outros	359.353	382.735
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	344.604	350.639
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	14.749	15.380
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	16.716
2.02.03	Tributos Diferidos	129.458	108.074
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.458	108.074
2.02.04	Provisões	34.209	22.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.137	6.826

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	8.137	6.826
2.02.04.02	Outras Provisões	26.072	15.720
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	26.072	15.720
2.03	Patrimônio Líquido	854.808	670.409
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	274.909	423.659
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.309	197.309
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	28.250	177.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	333.149	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	494.943	1.000.299	459.311	882.919
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-183.097	-363.145	-184.215	-333.646
3.02.01	Custo de construção	-63.379	-133.325	-46.688	-78.614
3.02.02	Provisão de manutenção	-5.627	-10.605	-14.051	-16.163
3.02.03	Depreciação e amortização	-30.444	-56.779	-25.541	-47.615
3.02.04	Custo da outorga	-44.240	-88.546	-49.239	-97.774
3.02.05	Serviços	-17.013	-30.121	-22.134	-42.398
3.02.06	Custo com pessoal	-15.181	-29.619	-15.326	-29.482
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.951	-7.641	-3.611	-7.045
3.02.08	Outros	-3.262	-6.509	-7.625	-14.555
3.03	Resultado Bruto	311.846	637.154	275.096	549.273
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.481	-51.149	-21.704	-45.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.136	-50.691	-21.985	-45.462
3.04.02.01	Serviços	-13.035	-26.203	-12.431	-24.035
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-1.052	-2.061	-673	-1.329
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-6.157	-11.562	-4.315	-8.781
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-520	-874	-741	-1.698
3.04.02.05	Outros	-5.372	-9.991	-3.825	-9.619
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	154	368	668	1.138
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-499	-826	-387	-701
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	285.365	586.005	253.392	504.248
3.06	Resultado Financeiro	-43.357	-82.598	-31.256	-61.528
3.06.01	Receitas Financeiras	31.504	78.140	6.379	7.796
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.861	-160.738	-37.635	-69.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	242.008	503.407	222.136	442.720
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.459	-170.258	-74.191	-149.541
3.08.01	Corrente	-69.258	-148.874	-74.269	-146.442
3.08.02	Diferido	-12.201	-21.384	78	-3.099

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	160.549	333.149	147.945	293.179
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	160.549	333.149	147.945	293.179
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,91742	1,90371	0,84540	1,67531

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	160.549	333.149	147.945	293.179
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.549	333.149	147.945	293.179



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	363.878	308.675
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	514.818	429.914
6.01.01.01	Lucro líquido do período	333.149	293.179
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.384	3.099
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	2.364	2.364
6.01.01.04	Depreciação e amortização	58.840	48.944
6.01.01.05	Resultado na baixa do ativo imobilizado	828	701
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	13.581	10.330
6.01.01.09	Juros e Var. monet. s/ debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	97.767	56.247
6.01.01.11	Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	524	-399
6.01.01.12	Provisões fiscais previdenciárias trabalhistas e cíveis	2.920	3.846
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	10.605	16.163
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.013	379
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-19.257	-6.558
6.01.01.18	Resultado de operações com derivativos e valor justo da dívida	-8.900	1.619
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-150.940	-121.239
6.01.02.01	Contas a receber	-1.481	-708
6.01.02.02	Partes relacionadas	-1.601	-17.425
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.263	2.120
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-217	-2.802
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-63.897	-58.786
6.01.02.07	Fornecedores	20.057	8.070
6.01.02.08	Partes relacionadas	-11.119	12.965
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.186	-20
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados	-21.376	-20.245
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	148.868	146.442
6.01.02.12	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-216.382	-175.676
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	-149	103
6.01.02.14	Realização da provisão de manutenção	-881	-13.341
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.296	-1.725
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos cíveis	-1.609	-211
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-159.422	-93.604
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-5.194	-6.104
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-154.228	-87.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-284.779	-160.661
6.03.02	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de principal	-49.695	-98.163
6.03.03	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de juros	-72.308	-62.498
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	-14.026	0
6.03.07	Dividendos pagos	-148.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-80.323	54.410
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.492	40.900
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.169	95.310

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-148.750	0	0	-148.750
5.04.06	Dividendos	0	0	-148.750	0	0	-148.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.149	0	333.149
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.149	0	333.149
5.07	Saldos Finais	246.750	0	274.909	333.149	0	854.808

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	293.179	0	293.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	293.179	0	293.179
5.07	Saldos Finais	246.750	0	357.616	293.179	0	897.545

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	1.072.004	949.565
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.055.507	938.233
7.01.02	Outras Receitas	16.497	11.332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-224.921	-192.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.219	-61.886
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.772	-35.728
7.02.04	Outros	-143.930	-94.777
7.02.04.01	Custo de construção	-133.325	-78.614
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-10.605	-16.163
7.03	Valor Adicionado Bruto	847.083	757.174
7.04	Retenções	-58.840	-48.944
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.840	-48.944
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	788.243	708.230
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.140	7.796
7.06.02	Receitas Financeiras	78.140	7.796
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	866.383	716.026
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	866.383	716.026
7.08.01	Pessoal	36.546	33.909
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.479	23.820
7.08.01.02	Benefícios	8.950	8.025
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.383	1.326
7.08.01.04	Outros	734	738
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	247.625	221.235
7.08.02.01	Federais	200.516	177.428
7.08.02.02	Estaduais	236	164
7.08.02.03	Municipais	46.873	43.643
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	249.063	167.703
7.08.03.01	Juros	159.922	68.977
7.08.03.02	Aluguéis	595	952
7.08.03.03	Outras	88.546	97.774
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	88.546	97.774
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	333.149	293.179
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	333.149	293.179

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Abril a Junho/2014

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T13.

#### 1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 431,6 milhões (+4,6%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 292,2 milhões (+8,7%) e a margem EBIT ajustado 67,7% (+2,6 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 323,7 milhões (+9,8%) e a margem EBITDA ajustado 75% (+3,5 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 160,5 milhões (+8,5%);

<b>Receita Líquida Operacional (R\$ MM)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var. %</b>
Receita de Pedágio	460,9	441,0	4,5%
Receitas Acessórias	6,3	5,7	10,5%
Deduções	-35,6	-34,1	4,4%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>431,6</b>	<b>412,6</b>	<b>4,6%</b>

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida Operacional	431,6	412,6	4,6%
EBIT (ajustado)	292,2	268,7	8,7%
<i>Margem EBIT (ajustado)</i>	67,7%	65,1%	2,6 p.p.
EBITDA (ajustado)	323,7	294,9	9,8%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	75,0%	71,5%	3,5 p.p.
Lucro Líquido	160,5	147,9	8,5%

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veql)

<b>Em unid. (Veql)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var. %</b>
Veículos Equivalentes	69.007.422	65.961.090	4,6%
Veículos Leves (Eq)	30.636.182	29.383.011	4,3%
Veículos Pesados (Eq)	38.371.240	36.578.079	4,9%

(Veql) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

## Comentário do Desempenho

### Tráfego consolidado (+4,6%)

O tráfego consolidado apresentou um crescimento de 4,6% sobre o mesmo período de 2013.

### Veículos de passeio (+4,3%)

A categoria apresentou crescimento de 4,3% no 2T14 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O acontecimento do Mundial da FIFA impactou negativamente o tráfego no trimestre.

### Veículos comerciais (+4,9%)

A categoria apresentou crescimento de 4,9% no 2T14 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento sobre 2013 foi influenciado pelo início da cobrança dos eixos suspensos, iniciada em julho/13.

## 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

## 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

### Receita bruta operacional

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	460.886	441.017	4,5%
Receitas Acessórias	6.236	5.759	8,3%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>467.123</b>	<b>446.776</b>	<b>4,6%</b>

### Receita de construção

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>63.379</b>	<b>46.688</b>	<b>35,8%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR AutoBA, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 2T14 apresentou um alto volume de investimentos, principalmente devido à implantação de faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e de vias Marginais em Campinas. Além disso, também se destaca a implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

## Comentário do Desempenho

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T14 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 4,6% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo início da cobrança dos eixos suspensos, iniciada em julho/13.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 3,9% no 2T14, em relação ao 2T13, totalizando o valor de R\$ 35,6 milhões.

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var. %</b>
Custo de Construção	63.379	46.688	35,8%
Provisão de Manutenção	5.627	14.051	-60,0%
Depreciação e Amortização	31.496	26.214	20,1%
Custo da Outorga	44.240	49.239	-10,2%
Serviços de Terceiros	30.048	34.565	-13,1%
Custo com pessoal	21.338	19.641	8,6%
Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros	13.105	15.802	-17,1%
<b>Custos Totais</b>	<b>209.233</b>	<b>206.200</b>	<b>1,5 %</b>

Os custos e a despesas totais da Concessionária aumentaram 1,5% no 2T14, alcançando o valor de R\$ 209,2 milhões.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram um aumento de R\$ 16,7 milhões no 2T14 comparado ao 2T13. Esta alteração encontra-se no cronograma de investimentos pactuado com o Poder Concedente.

**Provisão de manutenção:** A variação corresponde ao início da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Neste 2T14 houve diminuição de 60,0%, em comparação com 2T13, pois as obras de manutenção do ciclo anterior encerram-se em 2013 e iniciou-se um novo ciclo de provisão.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 2T14, em comparação a 2T13 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T13 e o 2T14.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2013.

Conforme citado no Contexto operacional da Companhia, para efetivar deliberações que visam o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devido ao não repasse aos usuários do reajuste das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, algumas medidas foram adotadas, e dentre elas o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

## Comentário do Desempenho

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 2T14 estão 13,1% inferiores ao 2T13, principalmente em razão de variação serviços de manutenção da rodovia.

### EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T14	2T13	Var. %
Lucro Líquido	160,5	147,9	8,5%
(+) IR/CS	81,5	74,2	9,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	43,4	31,3	38,7%
(+) Depreciação e Amortização	31,5	26,2	20,1%
(+) Custos e Despesas Não Caixa	0,0	0,0	0,0%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>316,9</b>	<b>279,6</b>	<b>13,3%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>73,4%</b>	<b>67,8%</b>	<b>5,7 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	5,6	14,1	-60,3%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>323,7</b>	<b>294,9</b>	<b>9,8%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>75,0%</b>	<b>71,5%</b>	<b>3,5 p.p.</b>

### EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	2T14	2T13	Var. %
Lucro Líquido	160,5	147,9	8,5%
(+) IR/CS	81,5	74,2	9,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	43,4	31,3	38,7%
(+) Custos e Despesas Não Caixa	0,0	0,0	0,0%
<b>EBIT (a)</b>	<b>285,4</b>	<b>253,4</b>	<b>12,6%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>66,1%</b>	<b>61,4%</b>	<b>4,7 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	5,6	14,1	-60,3%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>292,2</b>	<b>268,6</b>	<b>8,7%</b>
<b>Margem EBIT ajustada</b>	<b>67,7%</b>	<b>65,1%</b>	<b>2,6 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.



## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-74,9</b>	<b>-37,6</b>	<b>99,2%</b>
Juros e Variações Monetárias	-48,0	-27,8	72,7%
Juros sobre impostos parcelados	-6,8	-5,2	30,8%
Valor justo de operações com derivativos	-11,6	0,0	0,0%
Perda com operações de derivativos	-15,0	-5,8	158,6%
Outras despesas financeiras	6,5	1,2	441,7%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>31,5</b>	<b>6,3</b>	<b>400,0%</b>
Rendimento sobre aplicações Financ	1,5	2,1	-28,6%
Valor Justo de dívida (hedge Accounting)	0,5	4,2	-88,1%
Ganho com operações de derivativos	29,0	0,0	0,0%
Outras receitas financeiras	0,5	0,0	0,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>-43,4</b>	<b>-31,3</b>	<b>38,7%</b>

O item de Despesas Financeiras no 2T14 está 99,2% superior quando comparado ao 2T13, principalmente pela contratação em outubro de 2013 de nova dívida.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção da taxa de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 88,95% do CDI. Em 17 de outubro de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção da taxa de 4,88% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 98,00% do CDI. Essas operações, juntamente com o objeto do *fair value hedge*, foram registradas de acordo com a contabilidade de *Hedge*, o que gerou a variação nas linhas Valor justo de operações com derivativos (Despesa financeira) e Valor justo de dívida (Receita Financeira).

## 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

## 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>
Total de acidentes	1.745	1.806
Total de vítimas	1.107	1.103

## A Diretoria.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2014

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”) tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

#### Outras informações relevantes

##### Reajustes de tarifas de pedágio

**Reajuste de 2013:** O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

**Reajuste de 2014:** Em 26 de julho de 2014, o Conselho Diretor da ARTESP, decidiu: (i) autorizar reajuste tarifário a vigorar a partir de 01-07-2014; (ii) aprovar os cálculos unilaterais de desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão apresentados pela Diretoria de Controle Econômico, da Agência, relativo à cobrança de todos os eixos de veículos comerciais, autorizada pela Res. SLT 04/2013, art. 1º; (iii) manter a retenção, pela Concessionária de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável para fins de fiscalização dos contratos (Lei 914/2002, artigo 22, V), para compensar parte do reajuste concedido e minimizar o impacto para os usuários; (iv) encaminhar proposta de utilização dos saldos de desequilíbrio favorável ao Estado, também para compensar parte do reajuste tarifário autorizado. Na mesma data, a Diretoria Geral da ARTESP enviou à Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo proposta dos índices de reajuste que deveriam ser utilizados para o reajuste das tarifas, como medida para o reequilíbrio econômico-financeiro em favor

## Notas Explicativas

do Estado, unilateralmente definido pela ARTESP, relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais no período de 28/07/2013 até 31/05/2014. Em 27 de junho de 2014, o Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo homologou, sem a oitiva das Concessionárias, a proposição da Diretoria Geral da ARTESP, fixando os percentuais de reajuste das tarifas de pedágio que deveriam ser aplicado a partir de 1º de julho de 2014, em percentuais distintos do índice contratual.

### **Ação Civil Pública**

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014.

## **2. Apresentação das ITR**

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e as novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração decidiu não fazer a opção pela adoção de forma antecipada e quaisquer impactos tributários, se houver, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de agosto de 2014.

## **3. Principais práticas contábeis**

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## **4. Determinação dos valores justos**

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

## Notas Explicativas

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 89.302, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e tributos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13,14 e 15. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	3.914	4.701
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	11.255	90.791
	<u>15.169</u>	<u>95.492</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,68% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, equivalente a 10,59% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

### 7. Contas a receber

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	3.959	2.934
Pedágio eletrônico – outros	4.710	4.254
	8.669	7.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.861)	(1.337)
	<u>6.808</u>	<u>5.851</u>

### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos a vencer	6.247	5.594
Créditos vencidos até 60 dias	506	224
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	55	33
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	171	79
Créditos vencidos há mais de 181 dias	1.690	1.258
	<u>8.669</u>	<u>7.188</u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## Notas Explicativas

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	242.008	503.407	222.136	442.720
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.283)	(171.158)	(75.526)	(150.525)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	253	321	169	(44)
Despesas com brindes e associações de classe	(47)	(97)	(484)	(539)
Despesas indedutíveis	(62)	(224)	(5)	(120)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	680	900	1.655	1.687
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(81.459)</u>	<u>(170.258)</u>	<u>(74.191)</u>	<u>(149.541)</u>
Impostos correntes	(69.258)	(148.874)	(74.269)	(146.442)
Impostos diferidos	(12.201)	(21.384)	78	(3.099)
	<u>(81.459)</u>	<u>(170.258)</u>	<u>(74.191)</u>	<u>(149.541)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>33%</u>	<u>34%</u>

#### b. Impostos diferidos

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Bases ativas</b>		
Depreciação de obras registradas no custo (a)	36.992	37.270
Constituição da provisão de manutenção (b)	9.619	5.969
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (c)	72.674	80.339
Valor justo de operações de <i>hedge</i>	24.452	7.283
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	2.766	2.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	633	455
Provisão para participação nos resultados (PLR)	892	1.063
Outros	3.470	2.408
	<u>151.498</u>	<u>137.107</u>
<b>Bases passivas</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(179.501)	(173.773)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(62.595)	(57.749)
Valor justo de operações de <i>hedge</i>	(27.312)	(10.547)
Ganho nas operações de <i>hedge</i>	(9.689)	(1.490)
Outros	(1.859)	(1.622)
	<u>(280.956)</u>	<u>(245.181)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(129.458)</u>	<u>(108.074)</u>

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07; e
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07.

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
			<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não Circulante	<u>54.359</u>	<u>56.724</u>	<u>759.955</u>	<u>696.057</u>	<u>814.314</u>	<u>752.781</u>

(1) A companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa pela extensão do prazo de concessão (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

## Notas Explicativas

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	01/01/2014 a 30/06/2014				
	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Receitas	Intangível	Ativo	Passivo
				Contas a Receber	Fornecedores Contas a Pagar
<b>Controladora</b>					
CCR (a)	10.442	-	-	1	1.634
<b>Outras partes relacionadas</b>					
CPC (b)	15.415	-	-	68	2.498
Serveng Cívilsan (c)	-	-	25.149	-	5.436
Cor	-	-	-	-	1
Ponte	-	-	-	1	2
CGMP (d)	-	-	-	109.375	-
Metrô Bahia	-	-	-	-	2
SPVias	-	-	-	-	1
MSVia	-	-	-	2	-
Samm (e)	-	438	-	1.171	17
Total circulante, 30 de junho de 2014				110.459	9.591
Total não circulante, 30 de junho de 2014				159	-
Total, 30 de junho de 2014	25.857	438	25.149	110.618	9.591
Total, 31 de dezembro de 2013				109.017	13.096
Total, 30 de junho de 2013	33.853	-	-		

	01/04/2014 a 30/06/2014		
	Transações		
	Serviços Prestados	Receitas	Intangível
<b>Controladora</b>			
CCR (a)	5.221	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC (b)	7.708	-	-
Serveng Cívilsan (c)	-	-	6.377
Samm (e)	-	219	-
Total, 01 de abril 2014 a 30 de junho de 2014	12.929	219	6.377
Total, 01 de abril 2013 a 30 de junho de 2013	14.086	138	2.174

**Notas Explicativas****Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.066	862

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia em até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<u>01/04/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/06/2013</u>
				<b>(Reapresentado)</b>
<b>Remuneração:</b>				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	319	706	436	790
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado (g)	1.144	1.344	800	980
Previdência privada	46	92	56	97
Seguro de vida	2	3	1	3
	<u>1.511</u>	<u>2.145</u>	<u>1.293</u>	<u>1.870</u>

- a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para melhorias da Rodovia, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- d) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- e) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- f) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- g) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013.



## Notas Explicativas

### 11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.617	(2.437)	2.180	4.741	(2.469)	2.272
Máquinas e equipamentos	15	39.142	(20.158)	18.984	35.751	(18.230)	17.521
Veículos	28	20.830	(11.784)	9.046	17.542	(11.442)	6.100
Sistemas operacionais	15	159.359	(83.352)	76.007	160.184	(77.186)	82.998
Imobilizações em andamento		12.710	-	12.710	16.122	-	16.122
		<u>236.658</u>	<u>(117.731)</u>	<u>118.927</u>	<u>234.340</u>	<u>(109.327)</u>	<u>125.013</u>

### Movimentação do custo

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.741	79	(209)	6	4.617
Máquinas e equipamentos	35.751	52	(800)	4.139	39.142
Veículos	17.542	-	(972)	4.260	20.830
Sistemas operacionais	160.184	1	(2.947)	2.121	159.359
Imobilizações em andamento	16.122	5.799	-	(9.211)	12.710
	<u>234.340</u>	<u>5.931</u>	<u>(4.928)</u>	<u>1.315</u>	<u>236.658</u>
	<u>31/12/2012</u>			<u>30/06/2013</u>	
Movimento em 2013	<u>222.332</u>	<u>7.371</u>	<u>(5.341)</u>	<u>(856)</u>	<u>223.506</u>

### Movimentação da depreciação

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Móveis e utensílios	(2.469)	(152)	184	-	(2.437)
Máquinas e equipamentos	(18.230)	(1.876)	644	(696)	(20.158)
Veículos	(11.442)	(827)	485	-	(11.784)
Sistemas operacionais	(77.186)	(8.953)	2.787	-	(83.352)
	<u>(109.327)</u>	<u>(11.808)</u>	<u>4.100</u>	<u>(696)</u>	<u>(117.731)</u>
	<u>31/12/2012</u>			<u>30/06/2013</u>	
Movimento em 2013	<u>(93.853)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>4.640</u>	<u>-</u>	<u>(98.472)</u>

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

## Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 737 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 1.267 no semestre findo em 30 de junho de 2013). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2014 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,56% a.m. no 1º semestre de 2013.

### 12. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	30/06/2014			31/12/2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	2.798.851	(651.900)	2.146.951	2.649.545
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	8.493	(5.209)	3.284	8.344	(4.585)	3.759
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.263	(3.359)	1.904	5.202	(3.016)	2.186
		<u>2.812.607</u>	<u>(660.468)</u>	<u>2.152.139</u>	<u>2.663.091</u>	<u>(614.132)</u>	<u>2.048.959</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico esperado.

### Movimentação do custo

	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.649.545	150.831	(1.525)	2.798.851
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.344	-	149	8.493
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.202	-	61	5.263
	<u>2.663.091</u>	<u>150.831</u>	<u>(1.315)</u>	<u>2.812.607</u>
	<u>31/12/2012</u>		<u>30/06/2013</u>	
Movimento em 2013	<u>2.328.354</u>	<u>92.791</u>	<u>856</u>	<u>2.422.001</u>

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 18.520 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 5.291 no semestre findo em 30 de junho de 2013). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2014 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,56% a.m. no 1º semestre de 2013.

### Movimentação da amortização

	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(606.531)	(46.065)	696	(651.900)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.585)	(624)	-	(5.209)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.016)	(343)	-	(3.359)
	<u>(614.132)</u>	<u>(47.032)</u>	<u>696</u>	<u>(660.468)</u>
	<u>31/12/2012</u>		<u>30/06/2013</u>	
Movimento em 2013	<u>(528.174)</u>	<u>(39.685)</u>	<u>-</u>	<u>(567.859)</u>

## Notas Explicativas

### 13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento Final	30/06/2014	31/12/2013
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	180	212 (d)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	38	95 (d)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	67	Fevereiro de 2017	110.099	130.752 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	10.388	12.338 (b)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	-	247 (c)
Itaú leasing S.A (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Maio de 2014	-	12 (c)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>				<b>67</b>		<b>120.705</b>	<b>143.656</b>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						45.505	45.909
Custos de transação						(40)	(50)
						<b>45.465</b>	<b>45.859</b>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						75.267	97.841
Custos de transação						(27)	(44)
						<b>75.240</b>	<b>97.797</b>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

#### Garantias:

- (b) Fiança bancária  
(c) Bens financiados  
(d) Fiança bancária com aval de acionista controlador

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/06/2014</u>
2015	22.573
2016	45.145
2017	7.549
	<u>75.267</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2013 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

## Notas Explicativas

### 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	30/06/2014	31/12/2013
1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	-	Abril de 2014	-	28.195
4a Emissão - Série 1	109,00% do CDI	0,1217% (b)	4.151	2.807	Setembro de 2017	966.053	965.531 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	441	Outubro de 2017	139.506	131.059 (e)
5ª Emissão - Série Única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,03412% (a)	9.117	7.915	Outubro de 2018	459.121	434.862 (e)
				11.163		<u>1.564.680</u>	<u>1.559.647</u>
						<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						9.177	37.340
Custos de transação						<u>(3.123)</u>	<u>(3.123)</u>
						<u>6.054</u>	<u>34.217</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.566.666	1.535.009
Custos de transação						<u>(8.040)</u>	<u>(9.579)</u>
						<u>1.558.626</u>	<u>1.525.430</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de Certificados de Depósitos Interbancários - CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo).
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)

#### Garantias:

- (e) Não existem garantias.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/06/2014</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	501.020
2018	<u>462.521</u>
	<u>1.566.666</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2013 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014 foi liquidada a 1º emissão de debêntures – série 1.

### 15. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2013	30/06/2014			
	Saldo Inicial	Atualizações	Realização	Transferências	Total
Circulante	38.657	1.279	(18.337)	18.337	39.936
Não circulante	350.639	12.302	-	(18.337)	344.604
Total	389.296	13.581	(18.337)	-	384.540
	31/12/2012	30/06/2013			
	Saldo Inicial	Atualizações	Realização	Transferências	Total
Circulante	36.650	889	(17.220)	17.219	37.538
Não circulante	364.820	9.441	-	(17.219)	357.042
Total	401.470	10.330	(17.220)	-	394.580

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à Lei nº. 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

## Notas Explicativas

### 16. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	424	485	(333)	356	(192)	740
Trabalhistas e previdenciários	1.813	1.585	(587)	352	(497)	2.666
Tributários	4.589	51	-	91	-	4.731
	<u>6.826</u>	<u>2.121</u>	<u>(920)</u>	<u>799</u>	<u>(689)</u>	<u>8.137</u>
	<u>31/12/2012</u>		<u>30/06/2013</u>			
Movimento em 2013	<u>1.242</u>	<u>4.773</u>	<u>(927)</u>	<u>-</u>	<u>(211)</u>	<u>4.877</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no semestre findo em 30 de junho de 2014, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 376 e R\$ 544, respectivamente (R\$ 507 e R\$ 20, respectivamente em 2013).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis e Administrativo	7.580	7.104
Trabalhistas e previdenciários	4.276	5.936
Tributárias	674	7.284
	<u>12.530</u>	<u>20.324</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$124.190 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

## Notas Explicativas

### 17. Provisão de manutenção

	31/12/2013		30/06/2014			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	1.835	742	76	(881)	448	2.220
Não circulante	15.720	9.863	937	-	(448)	26.072
Total	17.555	10.605	1.013	(881)	-	28.292
	31/12/2012		30/06/2013			
Circulante	7.443	9.337	277	(13.341)	-	3.716
Não circulante	603	6.826	102	-	-	7.531
Total	8.046	16.163	379	(13.341)	-	11.247

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a. e 10,14 % a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 18. Patrimônio Líquido

#### a) Reserva de Lucro

Em 15 de abril de 2014 foram aprovadas em AGO as destinações do lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, perfazendo os seguintes saldos: R\$ 49.350 referente a Reserva legal, R\$ 197.309, referente a Reserva de retenção de lucros e R\$ 177.000 referente a dividendos adicionais propostos. Adicionalmente, foi aprovado o pagamento de parte dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 80.500, correspondentes a R\$ 0,46 por ação, com pagamento em 30 de abril de 2014 e no montante de R\$ 68.250, correspondentes a R\$ 0,39 por ação, com pagamento em 30 de maio de 2014.

#### b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	160.549	333.149	147.945	293.179
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,91742</u>	<u>1,90371</u>	<u>0,84540</u>	<u>1,67531</u>

## Notas Explicativas

### 19. Receitas

	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/04/2013 a 30/06/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/06/2013</b>
Receitas de pedágio	460.883	922.182	441.017	859.619
Receitas de construção (ICPC R1)	63.379	133.325	46.688	78.614
Receitas acessórias	6.234	16.497	5.759	11.332
<b>Receita bruta</b>	<b>530.496</b>	<b>1.072.004</b>	<b>493.464</b>	<b>949.565</b>
Impostos sobre receitas	(35.553)	(71.702)	(34.211)	(66.704)
Devoluções e abatimentos	-	(3)	58	58
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(35.553)</b>	<b>(71.705)</b>	<b>(34.153)</b>	<b>(66.646)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>494.943</b>	<b>1.000.299</b>	<b>459.311</b>	<b>882.919</b>

### 20. Resultado financeiro

	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/04/2013 a 30/06/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/06/2013</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(36.023)	(71.756)	(25.508)	(50.196)
Varição monetária sobre financiamentos e debêntures	(11.916)	(26.011)	(2.283)	(6.051)
Perda com operações de derivativos	(14.998)	(36.099)	(5.767)	(5.767)
Juros sobre impostos parcelados	(6.751)	(13.581)	(5.290)	(10.330)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(569)	(1.013)	(197)	(379)
Capitalização de custos dos empréstimos	9.007	19.257	3.343	6.558
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(11.515)	(28.424)	-	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(2.096)	(3.111)	(1.933)	(3.159)
	<b>(74.861)</b>	<b>(160.738)</b>	<b>(37.635)</b>	<b>(69.324)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Ganho com operações de derivativos	28.962	51.317	24	24
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	666	22.106	4.124	4.124
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.449	3.873	2.169	3.541
Juros e outras receitas financeiras	427	844	62	107
	<b>31.504</b>	<b>78.140</b>	<b>6.379</b>	<b>7.796</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(43.357)</b>	<b>(82.598)</b>	<b>(31.256)</b>	<b>(61.528)</b>



## Notas Explicativas

### 21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	11.255	-	-	90.791	-	-
Contas a receber	-	6.808	-	-	5.851	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	110.618	-	-	109.017	-
Contas a receber com operações de derivativos	12.528	-	-	-	-	-
<b>Passivos</b>						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(259)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(120.705)	-	-	(143.397)
Debêntures (a)	(598.627)	-	(966.053)	(565.921)	-	(993.726)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(53.489)	-	-	(61.667)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.591)	-	-	(13.096)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(16.716)	-	-
	<u>(574.844)</u>	<u>117.426</u>	<u>(1.149.838)</u>	<u>(491.846)</u>	<u>114.868</u>	<u>(1.212.145)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

**Debêntures:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	968.860	988.552	997.103	1.021.601

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações financeiras	11.255	90.791
Debêntures	(598.627)	(565.921)
Derivativos	12.528	(16.716)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou *swap* para troca de taxa pré de 2,71% a.a. adicional à variação do IPCA, por 88,95% do CDI. Essa operação, assim como a dívida (objeto do *hedge*) está sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de hedge (*hedge* de valor justo).

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão.

## Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional)		Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado				
				Moeda Local	31/12/2013	Moeda Local	31/12/2013	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)	30/06/2014	31/12/2013	Valores a pagar/(pagos)	30/06/2014
Posição ativa	Merry/Linch	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71%	141.170	141.170	139.884	131.566	(4.071)	(2.454)	1.025	-	-	(6.249)	3.203	(5.743)
Posição passiva				88,95% do CDI	-	-	(138.859)	(137.815)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Itaú	17/10/2013	15/10/2018	IPCA + 4,88%	450.000	450.000	467.035	443.679	(9.955)	-	11.503	-	-	(10.467)	12.015	-
Posição passiva				98% do CDI	-	-	(455.532)	(454.146)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO</b>					591.170	591.170	12.528	(16.716)	(14.026)	(2.454)	12.528	-	-	(16.716)	15.218	(5.743)

## Notas Explicativas

O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Riscos de juros	<u>15.218</u>	<u>(5.743)</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2015.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	151.601	(14.054)	(16.542)	(19.031)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	479.759	(55.313)	(63.321)	(71.329)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(151.551)	14.057	16.547	19.036
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(479.759)	55.313	63.321	71.329
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	143.749	(13.787)	(17.211)	(20.627)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	459.064	(48.739)	(60.912)	(73.080)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	968.860	(115.070)	(144.006)	(173.008)
<b>Total do efeito de ganho ou perda</b>				<u>(177.593)</u>	<u>(222.124)</u>	<u>(266.710)</u>
A taxa de juros considerada foi (1):						
	CDI <sup>(2)</sup>			10,80%	13,50%	16,20%
	IGP-M <sup>(3)</sup>			6,24%	7,80%	9,36%
	IPC-A <sup>(4)</sup>			6,59%	8,23%	9,88%

## Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2014, divulgada pela CETIP.  
 (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.  
 (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.  
 (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

### 22. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 92.295;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 73.100;
- Responsabilidade Civil – R\$ 91.400;
- Perda de receita – R\$ 156.871;
- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 85.500 (R\$ 494 por veículo), para danos morais de R\$ 14.373 (R\$ 83 por veículo), para equipamentos R\$ 2.800 (R\$ 100 por veículo) e para acessórios R\$ 56 (R\$ 2 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 374.652, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

### 23. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Outorga fixa a pagar	1.032.148	1.188.399	928.071	1.043.237

## Notas Explicativas

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2014 estavam assim distribuídos:

	<b>Valor Nominal</b>	<b>Valor Presente</b>
2014	134.628	131.120
2015	269.256	252.836
2016	269.256	240.796
2017	269.256	229.329
2018	89.752	73.990
	<u>1.032.148</u>	<u>928.071</u>

No decorrer do 1º semestre de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 116.740, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 113.146 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

### b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do 1º semestre de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.228 referente ao direito de outorga variável (R\$ 26.057 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

### c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Compromisso de investimento	<u>405.009</u>	<u>474.641</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

## Notas Explicativas

### d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

#### i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

#### ii. Processos Judiciais - Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

- (a) Ação Ordinária nº0019925-66.2013.8.26.0053, ajuizada em 17 de maio de 2013, em face do Estado de São Paulo e da ARTESP, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo Modificativo nº 16/06. O processo encontra-se em fase de instrução.
- (b) Ação Ordinária nº 103043-67.2.2014.8.26.0053, ajuizada em 24 de julho de 2014, em face do Estado de São Paulo e da ARTESP, visando dirimir a controvérsia tratada no processo administrativo descrito no item acima, que tinha por objeto o Termo Aditivo Modificativo nº16/06 de dezembro de 2006. O processo encontra-se em fase de citação dos Réus.

### 24. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/04/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/06/2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	186	369	62	231

## Notas Explicativas

### 25. Demonstração de fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2014:

	<u>30/06/2014</u>
Fornecedores	29.531
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(7.614)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>21.917</u></b>
Adições ao ativo intangível	<u>(21.917)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b><u>(21.917)</u></b>

### 26. Eventos subsequentes

Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela AutoBAn. Contra essa decisão a AutoBAn interpôs recurso de Agravo de Instrumento em 10 de julho de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela requerida nos autos do Agravo de Instrumento. A ARTESP e o Estado requereram a reconsideração da decisão, que foi negada em 23 de julho de 2014.

Dividendos

Em 29 de julho de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos adicionais propostos do exercício de 2013, no montante de R\$ 28.250, correspondente a R\$ 0,161428571 por ação e, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 43.500, correspondentes a R\$ 0,248571429 por ação, com pagamento em 31 de julho de 2014.



## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-03

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestres findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

João Rafael Belo de Araújo Filho

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 246752/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014.

Jundiaí, 06 de agosto de 2014.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014.

Jundiaí, 06 de agosto de 2014.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração do volume de tráfego de 2013 no item 1.2 do comentário de desempenho e conseqüentemente dos percentuais de variação. Alteração do valor do 2T14 da linha "Outras Receitas Financeiras" no quadro de resultado financeiro líquido do item 1.4 do comentário de desempenho. Exclusão do valor da coluna de transferência da movimentação da amortização que foi inadvertidamente incluído por um erro tipográfico no 2T13 da nota explicativa 12.